



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES
DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

20

21



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf



**Carta Anual de Políticas Públicas e Governança
Corporativa 2022**

Ano Base 2021

Brasília, 2022

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Desenvolvimento Regional

Rogério Simonetti Marinho

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf**Conselho de Administração**

Helder Melillo Lopes Cunha Silva - Representante do MDR (Presidente do Conselho)

Francisco Soares de Lima Junior - Representante do ME

Euclides Bandeira de Souza Neto- Representante do MINFRA

Sônia Mariza Alves de Souza - Representante MAPA

Guilherme Silva de Godoi - Representante MME

Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira - Representante dos Empregados

Conselho Fiscal

Vanessa Ferreira de Lima (Titular) - Representante do MDR

Mariangela Fialek (Titular) - Representante do MDR

Conrado Luiz Alves Dias (Suplente) - Representante do MDR

Fabrício Moura Moreira (Suplente) - Representante do MDR

Fernando José Alves Dos Santos (Titular) - Representante STN/MF

Jorge Luís Teixeira Ávila (Suplente) - Representante do STN/MF

Diretoria Executiva**Diretor-Presidente**

Marcelo Andrade Moreira Pinto

Diretores**Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

Antônio Rosendo Neto Junior

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação

Luís Napoleão Casado Arnaud Neto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

Rodrigo Moura Parentes Sampaio

Gerentes-Executivos**Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico**

Lucas Felipe de Oliveira

Gerente-Executiva da Área de Gestão Estratégica

Henrique Guelber Barros

Superintendentes Regionais

Marco Antônio Graça Câmara 1ª SR (MG)

Harley Xavier Nascimento 2ª SR (BA)

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva 3ª SR (PE)

Marcos Alves Filho 4ª SR (SE)

João José Ferreira Filho 5ª SR (AL)

José Anselmo Moreira bispo 6ª SR (BA)

Inaldo Pereira Guerra Neto 7ª SR (PI)

Celso Adriano Costa Dias 8ª SR (MA)

Abelardo Vaz Filho 9ª SR (GO)

Homero Silva Barreto 10ª SR (TO)

Hilton Rogerio Maia Cardoso 11ª SR (AP)

Wellington Dias Lopes Junior 12ª SR (RN)

Copyright© 2022, Codevasf

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília – DF



61 2028-4611 / 4660



www.codevasf.gov.br

presidencia@codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf



61 2028-4480



ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela elaboração e publicação

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos

Normalização

Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021- Ano Base 2020/ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. – Brasília: Codevasf, 2022.

28 p. : il. color.

1. Políticas Públicas. 2. Relatório de resultados. I. Título.

CDU 35.077.7“2021” (047.32)

Sumário

1 IDENTIFICAÇÃO GERAL	5
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais	6
2.2 Políticas públicas	5
2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas.....	6
2.4 Recursos para custeio das políticas públicas	10
2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	11
2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho	11
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
3.1 Políticas e práticas de governança corporativa.....	12
3.2 Atividades desenvolvidas	17
3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	19
3.4 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	22
3.5 Descrição da composição e da remuneração da administração.....	23
3.6 Governança do Benefício de Assistência à Saúde.....	25
3.7 Manifestação do Conselho de Administração	Erro! Indicador não definido.

1 IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I, III e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo Art. 60, inciso XXXVI e art. 132, inciso VIII, do Estatuto Social da Codevasf, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021.

Quadro 1: Características, Informações e Dados da Codevasf.

CNPJ: 00.399.857/0001-26 - NIRE (Sede) 53 5 0000031-3
Sede: Brasília/DF, SGAN 601, Conj. I. Ed. Dep. Manoel Novaes. Cep: 70.830-019. Brasília - DF Fone: (61) 2028-4611
Tipo de estatal: Empresa Pública Federal
Acionista controlador: União
Tipo societário: Sociedade Anônima
Abrangência de atuação: Regional
Setor de atuação: Desenvolvimento regional de bacias hidrográficas
Gerente Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico: Lucas Felipe de Oliveira Telefone: (61) 2028-4713, e-mail: lucas.oliveira@codevasf.gov.br
Gerente Executivo da Área de Gestão Estratégica: Henrique Guelber Barros Telefone: (61) 2028-4646, e-mail: henrique.guelber@codevasf.gov.br
Auditores Independentes: Empresa Aguiar Feres Auditores Independentes, (16) 3632-3100, e-mail: aguiarferes@aguiarferes.com.br
Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual
Helder Melillo Lopes Cunha Silva
Euclides Bandeira de Souza Neto
Francisco Soares de Lima Júnior
Sônia Mariza Alves de Souza
Guilherme Silva de Godoi
Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira
Administradores subscritores da Carta Anual
Marcelo Andrade Moreira Pinto - Diretor-Presidente
Antônio Rosendo Neto Junior - Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto - Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação
Rodrigo Moura Parentes Sampaio Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

Norteadas pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Carta Magna, em especial, o de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, inciso III), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma empresa pública criada pela Lei nº 6.088, de 16 julho de 1974, com o objetivo de fomentar e promover o desenvolvimento regional, exercendo importante papel na execução das políticas públicas do Governo Federal.

As atividades desempenhadas não têm fins lucrativos, e sim sociais. A Empresa tem como finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação e ao longo de seus 47 anos, a Empresa vem transformando a realidade da sua área de atuação, contribuindo para melhoria de qualidade de vida de milhões de pessoas.

O reconhecimento do seu papel exitoso pela sociedade, governos e Congresso Nacional ensejou a ampliação da Codevasf para além do vale do São Francisco, e após sucessivas alterações da Lei nº 6.088/1974 que a criou, a última por meio da Lei nº 14.053/2020, alçou a sua atuação a 36,6% do território nacional, englobando 15 Estados da Federação e o Distrito Federal, 22 Bacias Hidrográficas principais e 2.675 municípios¹, sendo a maior parte no semiárido brasileiro e na Amazônia Legal.

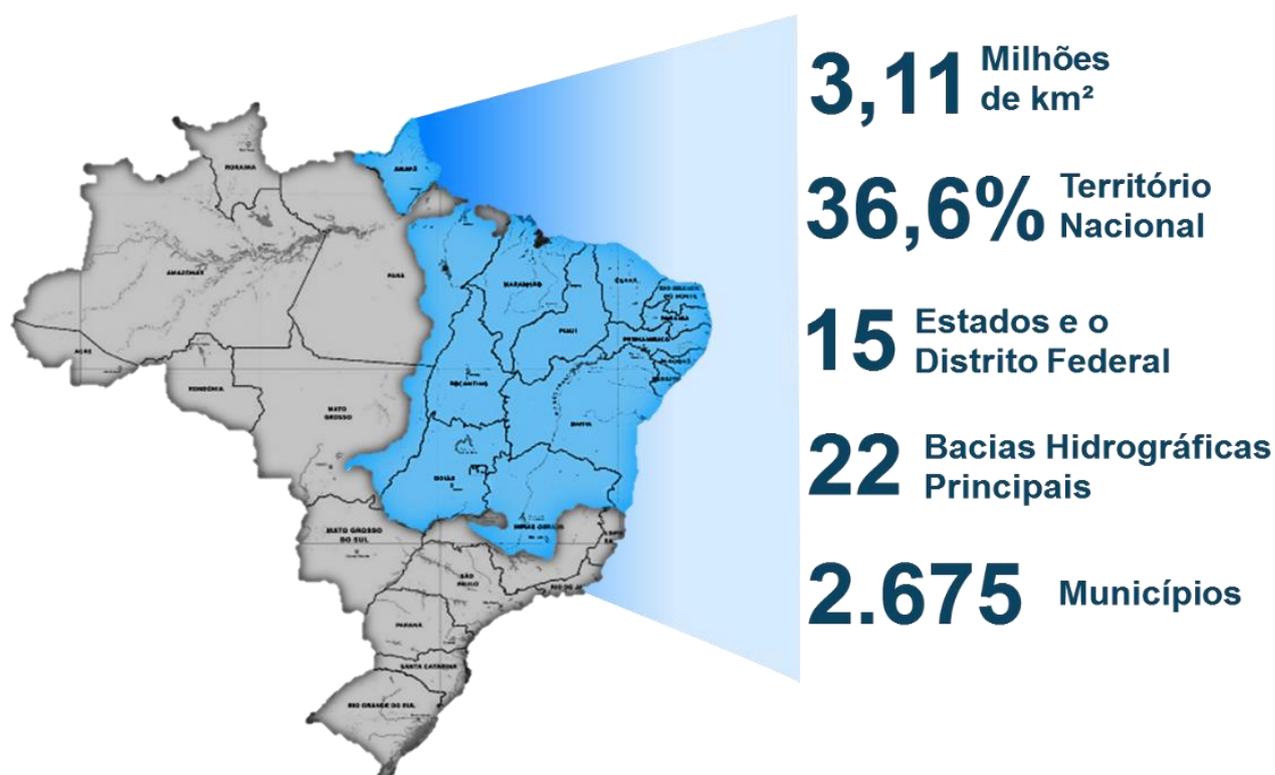


Figura 1: Área de atuação da Codevasf, 2021.

¹ Destaca-se que 48% dos municípios possuem IDH baixo - menor que 0,550, sendo que nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, o percentual dos municípios com IDH baixo é maior que 70% (Fonte: Utilizados dados da ANA e IBGE).

2.2 Políticas públicas

As políticas públicas são resultado de um esforço do Estado em busca de promover o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar da população, podendo emanar de dispositivos constitucionais, ou em outras leis.

O objetivo da Codevasf é assegurar o papel do Governo Federal na implementação dessas políticas públicas, por meio da execução de programas e ações em áreas tradicionais de serviços governamentais, de acordo com sua Lei de criação e missão institucional², que notadamente o setor privado não está equipado para fornecer, ou que propriamente não deva fornecer.

A ação realizada pela Empresa contribui também para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS³, adotado pelo Governo do Brasil junto a ONU, e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016. Dentre os objetivos a Codevasf tem forte relação com os seguintes:



Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS com atuação da Codevasf.

A atuação multissetorial da Codevasf é ponto forte no cumprimento da sua missão de promover o desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades regionais.

No geral, são executadas obras de infraestrutura hídrica para abastecimento humano e agricultura irrigada, saneamento básico em pequenos municípios, infraestrutura de logística ou urbana, revitalização de bacias hidrográficas com foco na fornecimento de água e apoio e estruturação de atividades para inclusão produtiva.

As ações realizadas tendem a provocar o crescimento substancial da atividade econômica com o aproveitamento dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, resultando em benefícios diretos – emprego e renda para a população beneficiada nessas sub-regiões notadamente deprimidas (carentes) de infraestrutura e investimentos privados.

Mesmo diante de tantas adversidades, sejam climáticas, econômicas, culturais e políticas, a Codevasf desenvolveu uma extraordinária capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação por meio de um modelo que potencializa as vocações locais. A Empresa vem demonstrando que é possível combinar crescimento econômico com equidade social, fazendo da desconcentração de renda uma poderosa alavanca de expansão econômica, a exemplo de regiões do sertão brasileiro que com a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação deixaram de ser sinônimo de miséria e passaram a ser produtores de riqueza.

² A missão institucional da Codevasf “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais” Está norteada pelos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, qual seja: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III)”.

³ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", adotado por 93 países-membros integrantes da ONU.

2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

O compromisso de consecução dos objetivos de políticas públicas pela Empresa, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a sua criação, está consolidado em sua missão, visão e valores constantes no seu Planejamento Estratégico Institucional - PEI.

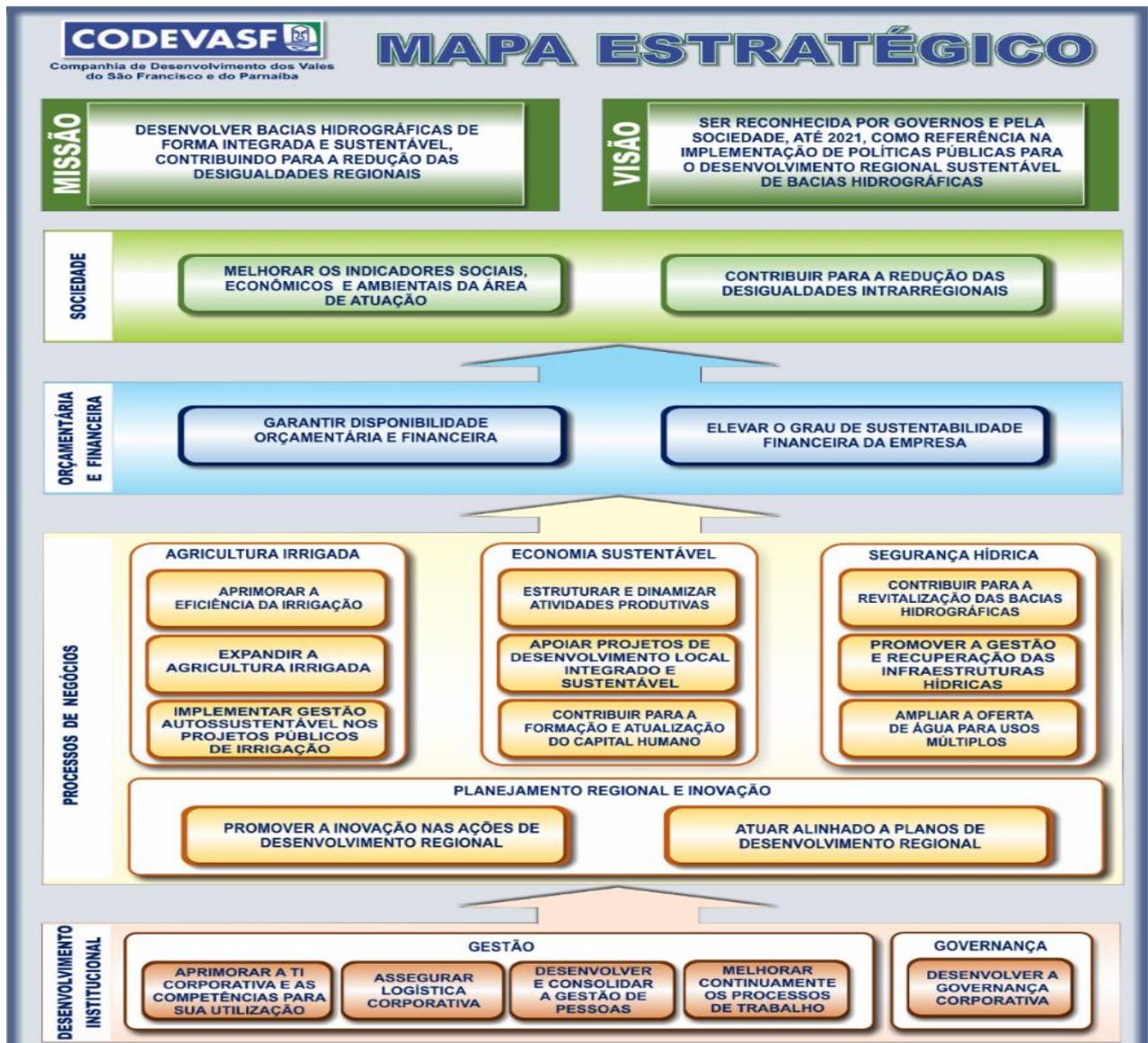


Figura 3: Mapa do Planejamento Estratégico Institucional da Codevasf.

As ações executadas pela Codevasf estão integralmente alinhadas aos programas, objetivos e metas do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal. Desta forma, a estratégia corporativa da Empresa mantém coerência com as iniciativas governamentais e respectivos recursos.

Previsto no art. 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento que: estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas; converge a dimensão estratégica da ação governamental; orienta a definição de prioridades; e auxilia na promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, em uma perspectiva de médio prazo de 4 (quatro) anos, o PPA tem a função de aprimorar a ação governamental, juntamente com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Quadro 2: Alinhamento do Plano Estratégico da Codevasf com o PPA do Governo Federal.

PEI Codevasf (2017 - 2021)		Políticas Públicas	
Tema Estratégico	Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos PPA (2020 - 2023)	Principais legislações dos Programas do PPA
Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão e recuperação de infraestruturas hídricas 	2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 12.334/2010 - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a oferta de água para usos múltiplos 	2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas 	2221 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação Expandir a agricultura irrigada Aprimorar a eficiência da Irrigação 	2217 – Desenvolvimento Regional e Territorial	Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Dispõe sobre a política nacional de Irrigação.
			e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019 – Estabelece os polos de agricultura irrigada como implementações da Política Nacional de Irrigação.
Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável 	2217 – Desenvolvimento Regional e Territorial	Decreto nº 9.810/2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar e dinamizar atividades produtivas 		Lei nº 12.852/2013 - Institui o Estatuto da Juventude
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a formação e atualização do capital humano 		Lei nº 11.959/2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca

A seguir, apresentamos as metas e os resultados em 2021, dos objetivos estratégicos constantes no Planejamento Estratégico vigente da Empresa, com vistas à execução de políticas públicas e atendimento dos interesses sociais.

TEMA

Segurança Hídrica

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) as gestões sustentáveis dos recursos hídricos melhoram os padrões de vida, expandem economias locais e criam oportunidades de emprego. Estudos estimam que 78% da mão de obra mundial depende da água.⁴

Objetivo / Meta	Unidade de Medida	Meta 2021	Realizado 2021	% alcance da meta 2021
2.1.1 Promover a gestão e recuperação de infraestruturas hídricas				
Executar 60% das ações de manutenções /recuperações em infraestruturas hídricas previstas para o exercício.	%	60	60	● 100%
Reduzir para 30% nível de gravidade das barragens de responsabilidade da Codevasf	%	30	26	● 87%
2.1.2 Ampliar a oferta de água para usos múltiplos				
Atingir a capacidade de armazenamento de 8.200 hm3 de água bruta	hm3	8200	8.200	● 100%
Aumentar a vazão média de água bruta em 7 m ³ /s x km	m ³ /s x km	7	7	● 100%
2.1.3 Contribuir para a revitalização das Bacias Hidrográficas				
Alcançar 75% da capacidade produtiva dos Centros Pesqueiros de Produção	%	75	69	● 92%
Concluir 09 Sistemas de saneamento básico	%	9	4	● 44%
Executar 100% das práticas conservacionistas previstas para o ano	%	100	100	● 100%
Faixas de desempenhos: ● Satisfatório (índice >= 80%) ● Regular (50% <= índice < 80%) ● Insatisfatório (índice < 50%) N/A Não apurado				

Com investimento em ações de infraestrutura-hídrica, saneamento básico e revitalização das bacias, foram concluídos ao todo 11 sistemas de abastecimento de água, 845 poços tubulares e 20 barragens e aguadas para consumo de humano e animal.

Os objetivos 2.1.1 e 2.1.2 obtiveram resultados satisfatórios para o ano de 2021, assim como as metas 1 e 3 do objetivo 2.1.3. Em contrapartida, a meta 2 do objetivo 2.1.3 atingiu resultado insatisfatório devido a cortes orçamentário realizados na LOA 2021 decorrentes dos vetos presidências.

⁴ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hídricos, 2016: água e emprego, resumo executivo.

TEMA **Agricultura Irrigada**

A agricultura irrigada é o setor que mais gera empregos diretos e com menor investimento por posto de trabalho gerado (Banco Mundial, 2004).⁵

Objetivo / Meta	Unidade de Medida	Meta 2021	Realizado 2021	% alcance da meta 2021
2.2.1 Implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação				
☐ Atingir 90% de taxa de uso do solo para produção agrícola em relação à área irrigável disponibilizada pela Codevasf nos Projetos Públicos de Irrigação (PPI)	%	90	85	● 95%
☐ Elevar a 83% a rentabilidade dos projetos públicos de irrigação por meio da produção.	%	83	85	● 103%
2.2.2 Expandir a agricultura irrigada				
☐ Implantar 2.743 ha infraestrutura de irrigação em áreas úteis	Unid	2743	1.489	● 54%
2.2.3 Aprimorar a eficiência da irrigação				
☐ Promover a substituição de 64% dos métodos de irrigação dos projetos públicos de irrigação da Codevasf por métodos mais eficientes	%	64	66	● 102%

Faixas de desempenhos: ● Satisfatório (índice >= 80%) ● Regular (50% <= índice < 80%) ● Insatisfatório (índice < 50%) N/A Não apurado

A Codevasf mantém 35 Projetos Públicos de Irrigação que beneficiam diretamente 11 mil famílias. Em 2021, esses projetos produziram R\$ 4,44 milhões de toneladas de produtos agrícolas, gerando um Valor Bruto de Produção (VBP) na ordem de R\$ 4,03 bilhões com arrecadação estimada de R\$ 574 milhões em impostos, além de beneficiar cerca de 251 mil famílias. O objetivo 2.2.2 teve seu desempenho prejudicado devido a atrasos licitatórios.

TEMA **Economia Sustentável**

Com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as migrações, a Codevasf atua para fortalecer a capacidade produtiva local, por meio de doação de bens, capacitações, implantação de infraestruturas de fabricação, de comercialização e de escoamento da produção.

O objetivo 2.3.2 e 2.3.3 superaram consideravelmente as metas estipuladas para o ano de 2021, conforme apresentado abaixo.

Objetivo / Meta	Unidade de Medida	Meta 2021	Realizado 2021	% alcance da meta 2021
2.3.2 Estruturar e Dinamizar atividades produtivas				
☐ Estruturar 3 atividades produtivas no exercício	Unid	3	5	● 167%
2.3.3 Contribuir para a formação e atualização do capital humano				
☐ Capacitar 300 jovens e produtores rurais	Unid	300	710	● 237%

Faixas de desempenhos: ● Satisfatório (índice >= 80%) ● Regular (50% <= índice < 80%) ● Insatisfatório (índice < 50%) N/A Não apurado

Em relação à meta, estruturar atividades produtivas, a Empresa atuou em 5 (cinco) cadeias produtivas principais: apicultura, aquicultura e pesca, economia criativa, fruticultura e pecuária.

Estima-se que foram beneficiados 2 milhões de pessoas com as ações de economia sustentável, sendo entregues no período:

- ✓ Aquisição de 5.452 máquinas e equipamentos.
- ✓ Conclusão de 171 obras de pavimentação.
- ✓ Aquisição de 479 máquinas pesadas que deverá atender cerca de 70 municípios.

⁵ .Valdes, A.; Wagner, E.; Marzall, I.; Simas, J.; Morelli, J.; Pereira, L. P.; Azevedo, L. G. T.; Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-Árido Brasileiro, 1ª ed., Banco Mundial: Brasília, 2004.

2.4 Recursos para custeio das políticas públicas

A Codevasf é uma empresa pública, estruturada na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo a União como única acionista que, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos da Empresa.

Não tem finalidade de exploração de atividade econômica, mas sim, dá condições, em regiões deprimidas, para o desenvolvimento, gerando, em consequência da sua atuação indutora, emprego e renda, com reflexo na melhoria da qualidade de vida.

Conforme o Art. 15 do seu Estatuto Social, constituem recursos da Codevasf:

- I- as dotações orçamentárias consignadas no orçamento da União;
- II- as receitas operacionais;
- III- as receitas patrimoniais;
- IV- o produto de operações de crédito;
- V- as doações;
- VI- os de outras origens.

A Empresa arrecada dois tipos de receitas próprias principais: Titulação e Tarifa d'água. A receita de Titulação é proveniente da venda dos lotes de terras em Projetos Públicos de Irrigação – PPI's e a receita de Tarifa d'água, refere-se à taxa de amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum (canais, estradas, drenos, estações de bombeamento, etc.) que permitem o suprimento de água destinada à irrigação. Os valores arrecadados são recolhidos diretamente na conta única do Tesouro Nacional.

Todas as atividades finalísticas realizadas pela Codevasf estão alinhadas com os programas de governo, que traduzem as políticas públicas. Conforme gráfico abaixo, em 2021, os recursos próprios corresponderam a 0,05% do total de receita necessária para cobrir as despesas de execução desses programas.

A grande maioria das atividades são custeadas, portanto, com recursos oriundos do Tesouro Nacional e são alocados anualmente em conformidade com a LOA.

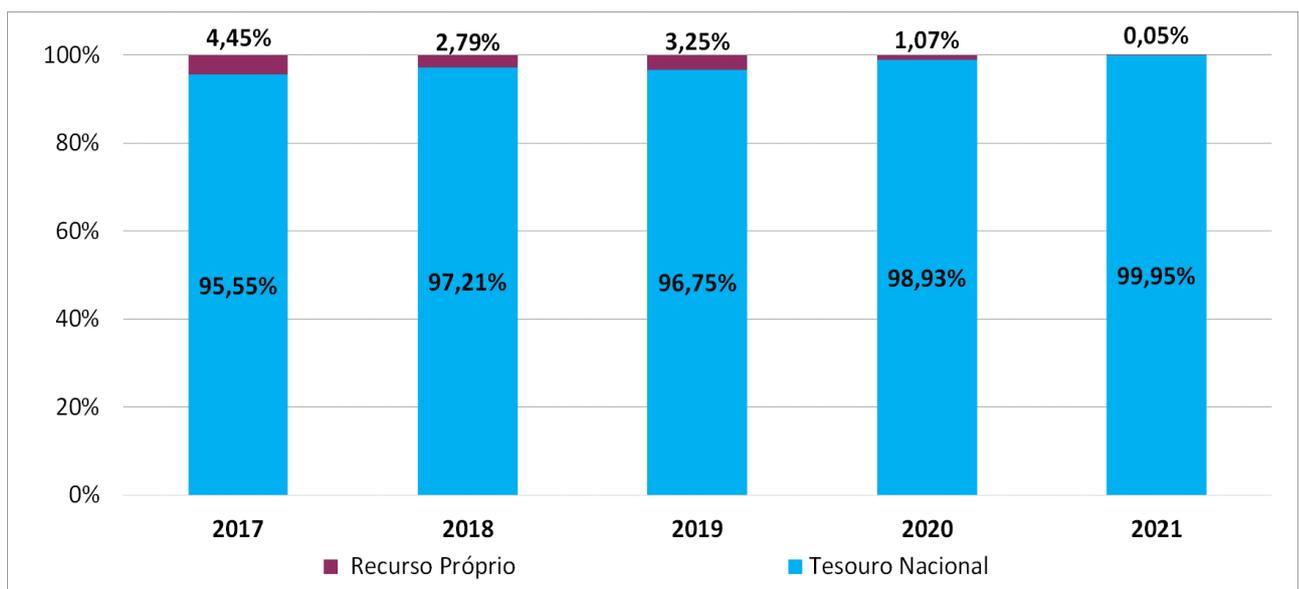


Figura 4: Gráfico Origem da fonte de recursos dos programas – 2016 a 2021.

2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

A atual dependência exclusiva do orçamento público federal pode limitar a execução do planejamento da empresa, sobretudo no atual contexto de restrições orçamentárias acentuadas pela pandemia.

Embora sofra consequências provocadas pelos déficits, a Codevasf contribuiu para o crescimento econômico por meio de investimentos em obras estruturantes para a oferta de água, saneamento básico, recuperação ambiental e fomento à infraestrutura dos municípios e comunidades. No ano 2021, apesar do cenário adverso provocado pela pandemia, houve aumento de 202%, em relação ao ano anterior, de recursos para investimentos da Lei Orçamentária Anual alocados diretamente para a Empresa, totalizando R\$ 2.69 bilhões, impulsionados pelo aporte de emendas parlamentares e incorporação dos novos territórios à sua área de atuação ocorridos nos últimos 4 anos, que demonstra a importância da Companhia como agente indutor do desenvolvimento regional sustentável local.

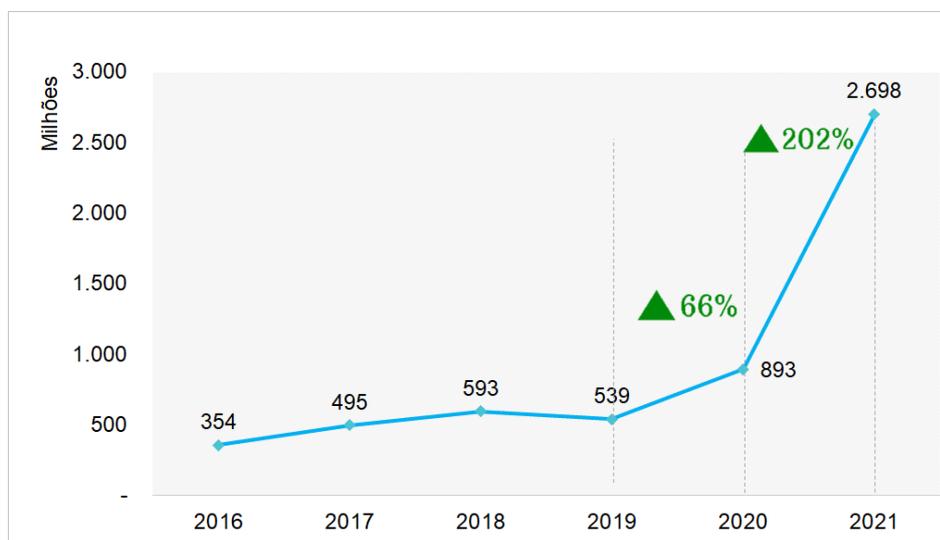


Figura 5: Gráfico de Evolução de recursos da LOA aplicados em Investimentos – 2016 a 2021.

2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho

A Codevasf tem se destacado, ao longo de sua existência, pelas ações em prol do desenvolvimento regional sustentável, promovendo efetivamente o desenvolvimento socioeconômico de regiões mais necessitadas, ou seja, atua alinhada com a determinação presente na Constituição Federal, qual seja, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III).

Mesmo com os novos desafios e os impactos causados pela pandemia do Covid-19 em 2021, a Empresa conseguiu cumprir a maioria de suas metas. Das 13 metas estabelecidas para o período de 2021, em relação às políticas públicas, a Empresa apresentou apenas 1 com resultados insatisfatórios devido a restrições orçamentárias e problemas no processo licitatório.

Os 35 projetos públicos de irrigação mantidos pela Companhia, produziram 4,44 milhões de toneladas de produtos agrícolas, R\$ 4,03 bilhões de valor bruto de produção, R\$ 574 milhões, estimados, em arrecadação de impostos e 251 mil famílias beneficiadas.

Visando fortalecer a capacidade produtiva local, foram realizadas as aquisições de 479 máquinas pesadas que deverão atender cerca de 70 municípios; e para melhoria do escoamento da produção, conclusão de 171 obras de pavimentação.

Em relação a gestão dos recursos hídricos, a Codevasf, atua na revitalização das bacias hidrográficas, na ampliação e manutenção de fontes perenes de água por meio de implantação e gestão de infraestruturas hídricas, além de promover a melhoria da saúde com obras de saneamento básico.

Os resultados apresentados acima, demonstram os esforços que a Codevasf emprega na busca do cumprimento da sua missão de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 Políticas e práticas de governança corporativa

A Codevasf, empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima, é regida pelas Leis nº 6.088, de 16 de julho de 1974, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo seu Estatuto, além de normas de direito aplicáveis, que norteiam as atividades de governança, controle interno, avaliação e correição na organização. Os normativos, as diretrizes, recomendações e deliberações das diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança.

O Referencial Básico de Governança, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Portaria - TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014, estabelece que a “Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Segundo esse Referencial, o “sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter a boa governança. Envolve as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização”.

O sistema de Governança da Codevasf, de forma simplificada, pode ser representado conforme diagrama abaixo:

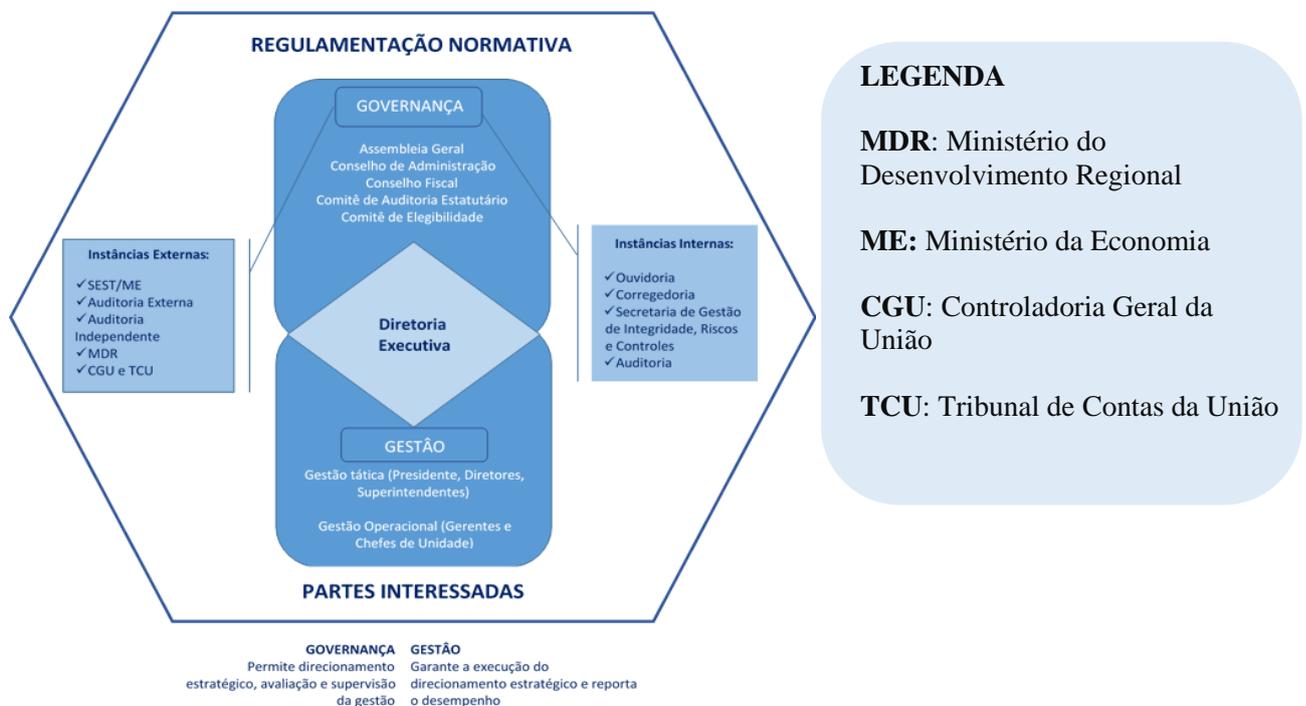


Figura 6: Modelo de governança da Codevasf

O Modelo de Governança foi concebido com referência nas melhores práticas de governança e gestão, incluindo o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública do TCU. Por meio desta estrutura, a empresa é dirigida, monitorada e incentivada em um processo que envolve Conselho de Administração, Diretoria, órgãos de fiscalização e de controle, gestores, empregados, sociedade, entre outros.

Nas funções de governança, visando a definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão, envolvimento das partes interessadas, a Codevasf conta com duas instâncias colegiadas de deliberação: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Ainda, como unidades de governança, a Codevasf possui o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Elegibilidade.

Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a “accountability” (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência, a Codevasf conta com o Conselho Fiscal e as quatro unidades internas de governança: a Auditoria Interna, a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, a Ouvidoria e a Corregedoria.

Por fim, conforme sua natureza de Empresa Pública constituída sob a forma de sociedade anônima, a Codevasf tem uma instância para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral.



Figura 7: Arquitetura de governança

A Figura 7 – Arquitetura de governança, apresenta os elementos e o relacionamento das estruturas de governança.

A governança da Codevasf está estruturada para apoiar a empresa na capacidade de gerar valor, na medida em que, no modelo de governança, são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo em toda a empresa.

É possível evidenciar:

I. A estrutura interna de governança e as responsabilidades dos membros estão definidas, as funções e competências estabelecidas nos normativos internos da Empresa;

II. A seleção de membros da alta administração é feita com base em critérios definidos no Estatuto Social da Codevasf e na Lei nº 13.303/2016;

III. A estratégia da empresa para cinco anos (2017 -2021) está definida e o modelo de governança da estratégia foi estabelecido e avaliado pelo acompanhamento dos indicadores, das metas e das iniciativas estratégicas; e

IV. A transparência e a prestação de contas das partes interessadas são feitas de modo claro, tempestivo e com responsabilidade corporativa.

3.1.1 Relacionamento com a Sociedade e Partes Interessadas

Canais de Atendimento ao Cidadão

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Codevasf está disponível para atendimento ao público desde 16 de maio de 2012.

A Ouvidoria da Codevasf é responsável receber as manifestações encaminhadas pelos cidadãos referente aos serviços prestados e ações desenvolvidas pela Empresa, bem como demandas interna, tornando-se a última instância a atuar na intermediação de conflitos que porventura não tenham sido bem resolvidos nas demais instâncias.

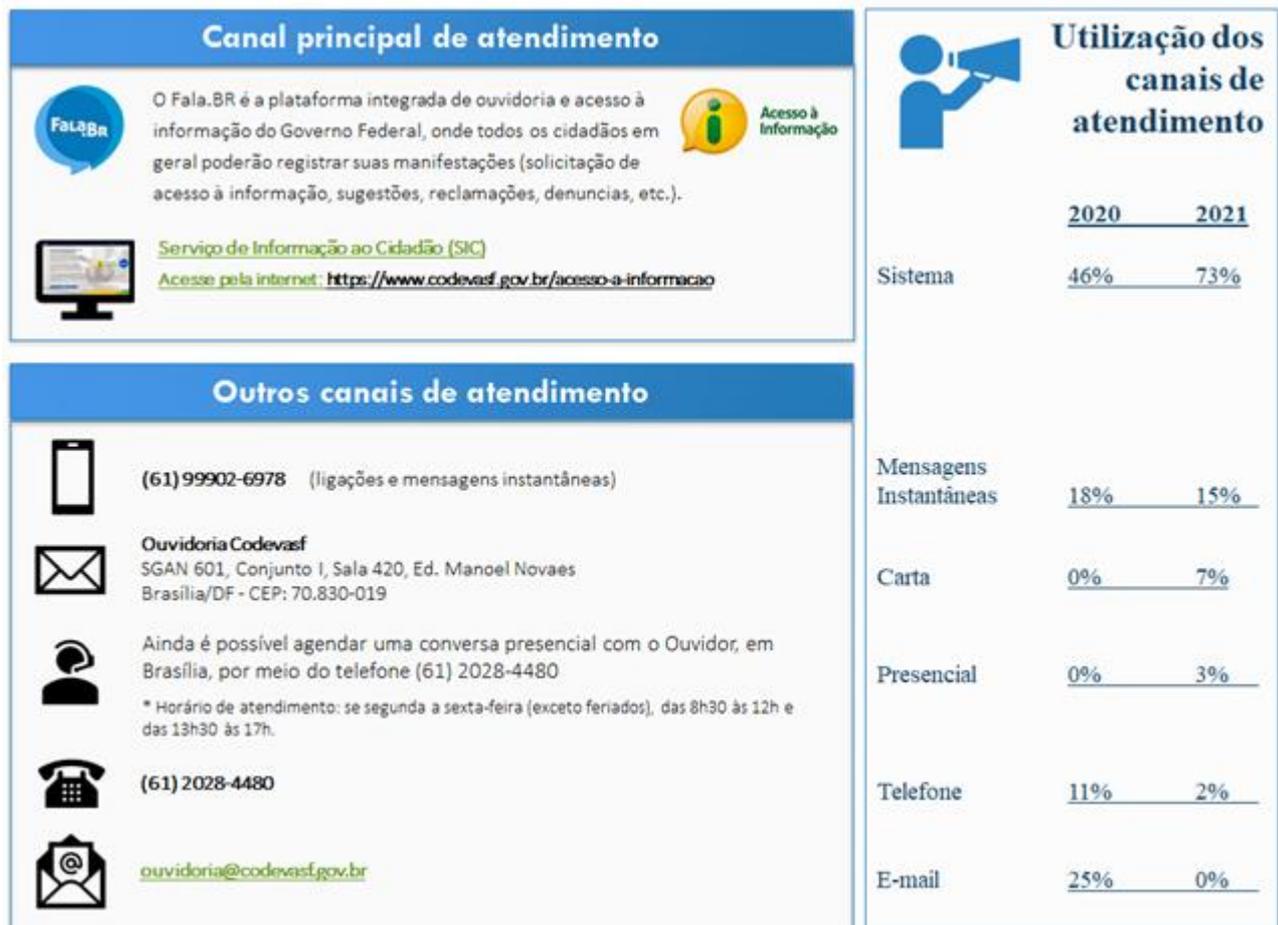


Figura 8: Relacionamento com a Sociedade.

As solicitações de acesso às informações públicas são registradas no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que integra o sistema Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, da Controladoria-Geral da União (CGU), além dos canais tradicionais de atendimento ao público (telefone, carta e presencial). Assim, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar seus pedidos de acesso à informação e acompanhar os prazos e avaliar de maneira simples se o pedido foi atendido e a qualidade do serviço prestado.



Figura 9: Quantidade de manifestações por tipo



Figura 10: Manifestações recebidas e tratadas, 2021.

Figura 11: Resolutividade das Demandas

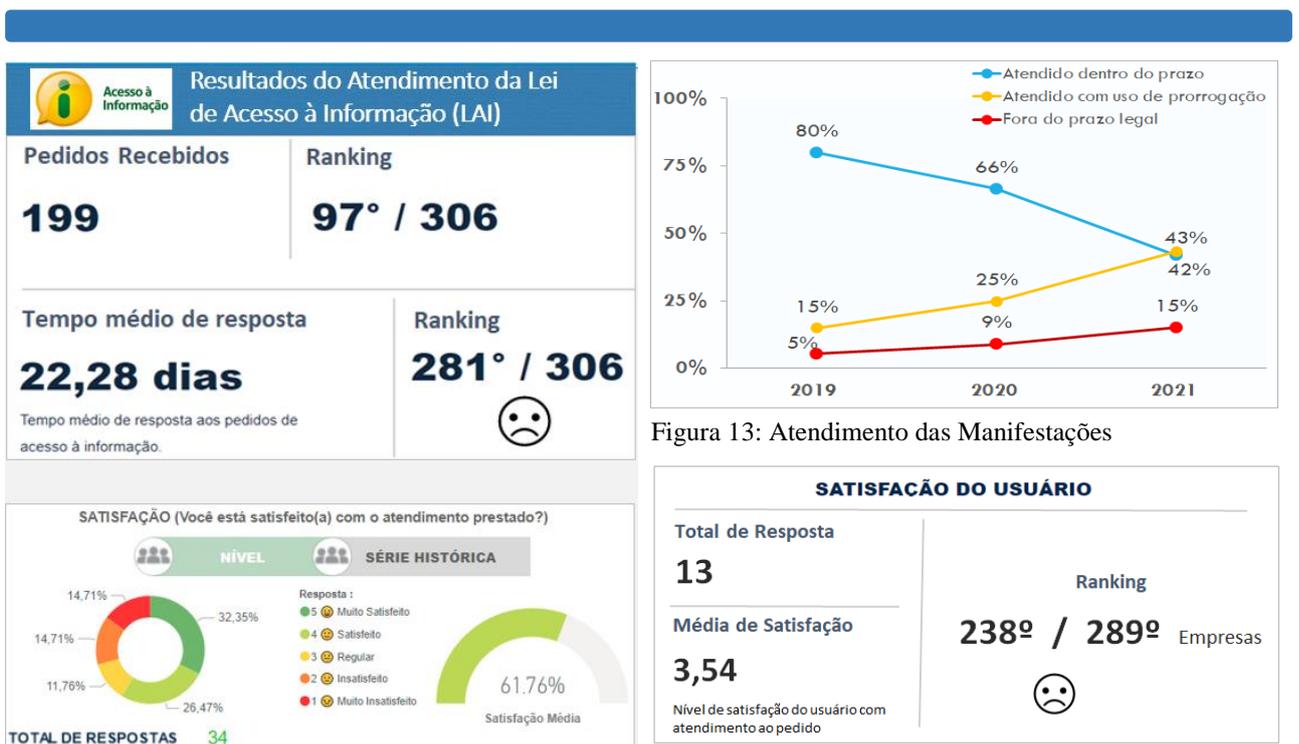


Figura 12: Tempo Médio de Respostas

Figura 14: Satisfação do Usuário.

No ano de 2021 foram recebidas 573 manifestações pela Ouvidoria, incluindo pedidos de acesso à informação pelos cidadãos-usuário. Comparando os dois exercícios, nota-se um aumento de 79% em relação a 2020, quando foram registradas 321 manifestações (visualizados no Gráfico x10).

Pelas análises realizadas, observou-se que esse acréscimo tem relação com a expansão da área de atuação ocorrida nos últimos dois anos, e de alguma maneira por conta do trabalho remoto de parte dos empregados da Empresa em função do novo coronavírus. Os assuntos mais repercutidos foram administrativos, água, concurso público e acesso à informação, com 44% das manifestações recebidas.

Transparência das Informações Públicas

TRANSPARÊNCIA ATIVA

AVALIADOS: **49 / 49**

CUMPRIDOS: **20**

RANKING DE CUMPRIMENTO

227° / 306

O cidadão tem à sua disposição um conjunto de informações relevantes da atuação da Codevasf, inclusive os contratos e convênios por Estado e localidade, bem como sua estrutura de funcionamento disponível na “web site” da Empresa, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18/11/2011.

A transparência requer a disponibilização de dados de forma organizada, em linguagem clara e acessível ao público em geral, dando aos cidadãos meios de realizar o controle social de forma mais efetiva, e poder participar mais ativamente nos rumos do

Estado (Princípio da transparência na Administração Pública, por Carlos Roberto Almeida da Silva).

Na Codevasf, verifica-se que há espaço para melhorias, considerando que apenas 40,8% das informações estão plenamente disponíveis ao público em geral, conforme pesquisa realizada pela Controladoria-Geral da República (CGU). Para efeito comparativo, o índice de transparência das demais Empresas Públicas do Governo Federal é de 68%.

Portanto, espera-se um esforço conjunto das equipes da comunicação e das demais áreas responsáveis por alimentar o site da Empresa (www.codevasf.gov.br) no decorrer do ano de 2022, considerando a importância do tema.

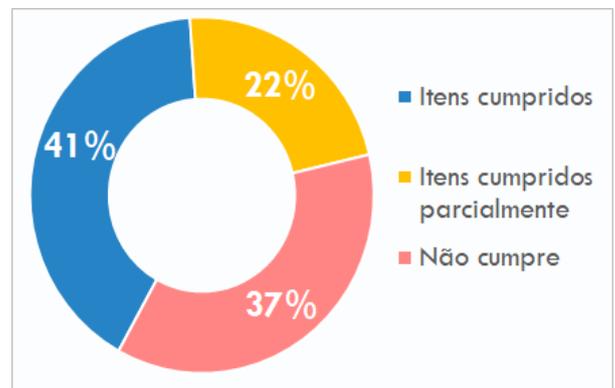


Figura 15: Nível de Transparência Pública (site da Codevasf)

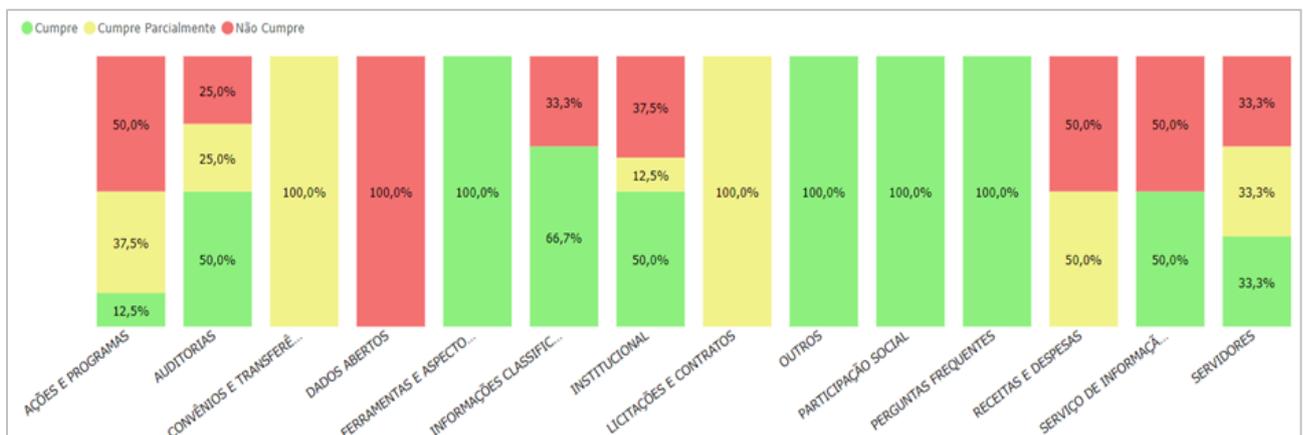


Figura 16: Nível de Transparência Pública por Tipo, 2021.

3.2 Atividades desenvolvidas

Mesmo diante das adversidades climáticas, econômicas, culturais e políticas, a Codevasf desenvolveu a capacidade de transformar a realidade da sua área de atuação. Por meio de execução direta, ou parcerias, são executadas expressivas quantidades de intervenções visando o desenvolvimento das regiões das bacias hidrográficas.

Quadro 3: Principais linhas de negócio por tema estratégico.

Tema estratégico	Tipo de intervenções	Benefícios	Público-alvo
Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de sistemas de esgotamento sanitário e ligações intradomiciliares. Implantação de sistemas de abastecimento de água. Recuperação e preservação hidroambiental de sub-bacias (nascentes, margens de rios e educação ambiental) 	Melhoramento da qualidade e aumento da disponibilidade de água. Melhoria da qualidade de vida da população e diminuição de gastos com doenças infectocontagiosas.	População urbana e rural. Produtores rurais.
	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de cisternas e poços em comunidades rurais. Construção e recuperação de barragens, barreiros e aguadas. Implantação de adutora de água bruta e tratada. Implantação de sistemas de abastecimento de água. Operação e manutenção de infraestruturas hídricas. 	Aumento da oferta de água para usos múltiplos.	População urbana e rural com prioridade de atendimento às famílias que vivem em situação de pobreza extrema.
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação. Implantação de infraestruturas para implantação de projetos públicos de irrigação. 	Geração de emprego e renda, aumento da produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas.	Produtores rurais familiares. Produtores empresariais.
Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de estruturas produtivas e apoio para o fortalecimento da agricultura familiar, aquicultura e pesca, fruticultura, apicultura, ovinocaprinocultura e economia criativa Obras de infraestrutura logística rural e urbana para escoamento da produção agrícola e inserção mercadológica. Fomento à infraestrutura dos municípios e comunidades, através da doação de máquinas, tratores e implementos agrícolas. Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de reprodução, larvicultura e alevinagem de espécies nativas do rio. Capacitação de jovens. 	<p>Geração de emprego, renda, produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas.</p> <p>Recomposição da ictiofauna de rios, lagoas e grandes reservatórios hídricos.</p> <p>Sustentabilidade da atividade pesqueira com o aumento da abundância de peixes.</p> <p>Inserção de jovens no mercado de trabalho.</p>	Pequenos e médios produtores rurais, associações, comerciantes locais, prefeituras, estados, além das instituições de ensino e de pesquisa, governos estaduais e municipais, dentre outros. Jovens de comunidade rurais.

Os recursos para custeio das políticas públicas, as atividades desenvolvidas pela Empresa são custeadas, em sua maioria, pela União. A única atividade executada relacionada às políticas públicas que, gera receita própria, é a operação e gestão dos perímetros.

O Modelo de Negócios (Figura 17) representa de forma sistêmica a lógica da empresa, a forma como ela funciona e como cria valores à sociedade.

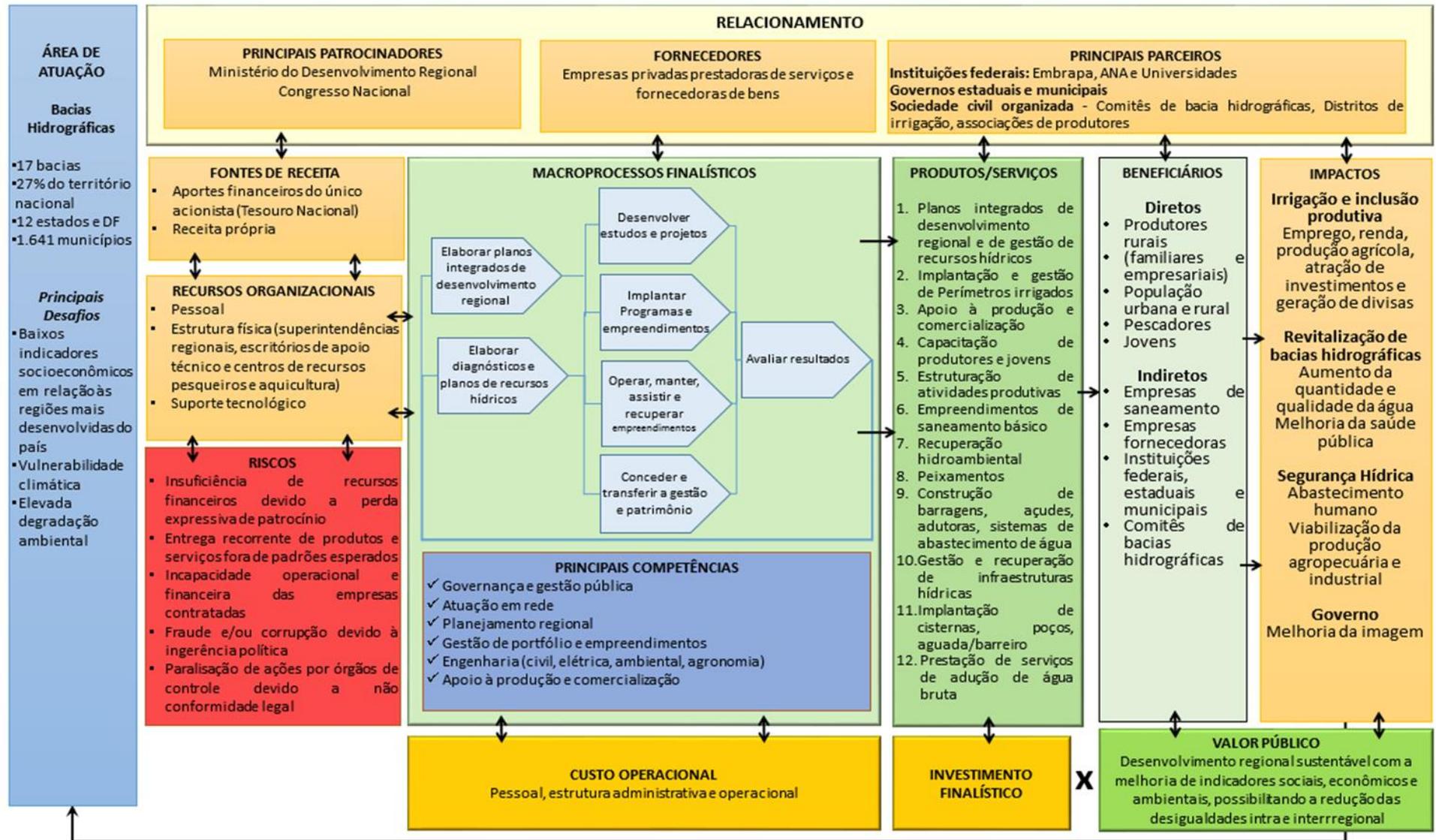


Figura 17: Modelo de Negócio da Codevasf.

3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

3.3.1 Gestão Integrada de riscos

Modelos de governança em gerenciamento de riscos podem empregar diferentes abordagens para obtenção dos resultados esperados do controle interno. O modelo em uso na Codevasf, baseado na proposta do Instituto dos Auditores Internos – IIA, vem internalizando alguns diferenciais motivados pela crescente necessidade de orquestração das atividades executadas pelas unidades integrantes, de forma a propiciar maior interação e comportamento sinérgico em suas relações.

Nesse sentido a Empresa identificou oportunidade de aperfeiçoamento sistemático dos controles internos da gestão, mediante recomendação emanada de seu Conselho de Administração, mediada pelo Comitê de Auditoria Estatutário – Coaud, no sentido de fomentar maior integração entre a segunda e a terceira linha de defesa no modelo IIA.

Essa integração vem facultando a apropriação e estudo de achados de auditoria interna obtidos da terceira linha de defesa, possibilitando à segunda linha o mapeamento de riscos inerentes aos processos de trabalho conduzidos pela Empresa em suas diferentes linhas de negócio, registrados em base de dados referencial com propostas de melhoria dos controles internos da gestão. Por sua vez, as bases referenciais possibilitam dar materialidade à execução dos processos de Auditoria Baseada em Riscos – ABR segundo ciclo virtuoso.

A Empresa também está ultimando esforços para desenhar e implantar um processo integrado e complementar das unidades de controle interno representadas pela Ouvidoria, Corregedoria, Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna e Comissão de Ética Setorial, com o objetivo de estabelecer e padronizar sua forma de atuação, atividades, papéis e fluxo de trabalho para o endereçamento de eventos antes tratados de forma segregada. Essas melhorias certamente conduzirão a aperfeiçoamento continuado, possibilitando maior maturidade da governança em gerenciar riscos de integridade.

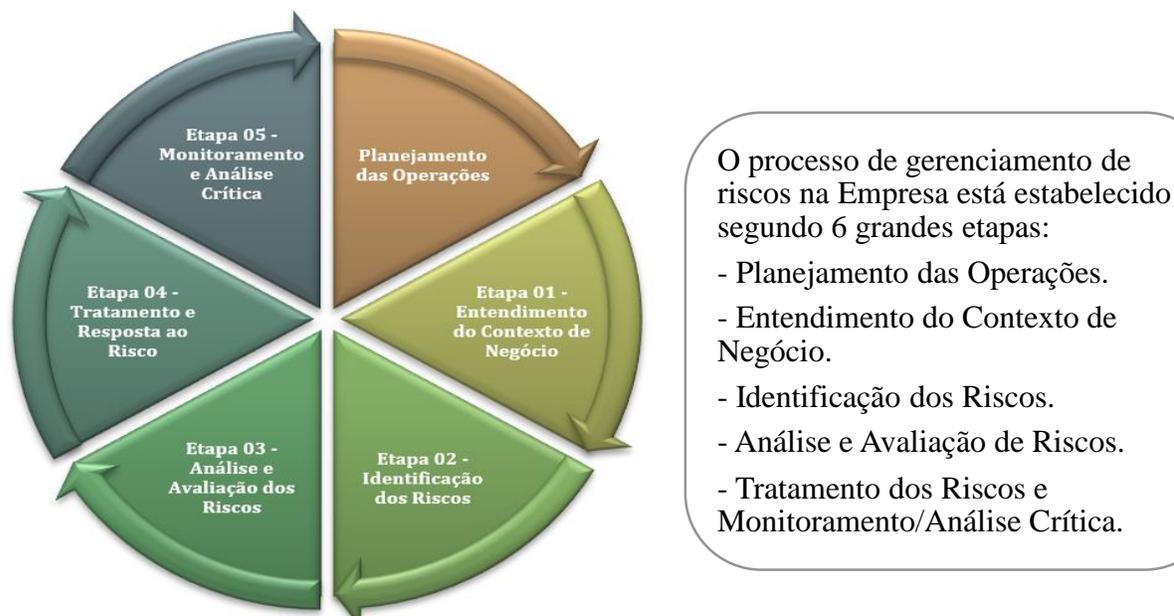


Figura 18: Etapas do Processo de Gerenciamento de Riscos da Codevasf

No exercício de 2021 as operações para o processo de gerenciamento de riscos na ambiência da Empresa concluíram as etapas de planejamento e entendimento do contexto organizacional em 24 unidades orgânicas setoriais de suas linhas de negócio com rebatimentos em 8 unidades regionais, suportado por programa de comunicação orientado ao tema e estabelecido com o propósito de executar campanhas de educação e sensibilização a seus empregados e colaboradores.

Os produtos resultantes da execução da etapa de “Entendimento do Contexto”, possibilitaram às unidades orgânicas inseridas no escopo das operações, melhor conhecer suas atividades a partir de diagramação simplificada dos processos de trabalho priorizados como essenciais, segundo critérios estabelecidos e amparados em Análise de Impacto de Negócio (BIA)⁶ e Análise de Valor Agregado (AVA).

As operações de gerenciamento de riscos carregam em seu bojo benefícios que já começam a ser percebidos pelas unidades inseridas no escopo dos trabalhos, com destaque para maior senso de pertencimento e conhecimento dos papéis e responsabilidades do empregado na execução de suas atividades e maior visibilidade dos processos transversais, resultando em maior compreensão das operações que suportam o negócio da Empresa.

Com o intuito de imprimir maior celeridade às operações, uma base referencial de riscos está sendo alimentada com eventos de riscos mais comuns aplicáveis às linhas de negócio da Empresa, obtidos de experiências passadas e de propostas formuladas por órgãos de controle externo para processos organizacionais praticados nas empresas estatais.

3.3.2 Ações Orientadas à Sensibilização, Educação e Capacitação

A Codevasf compreende a importância das ações direcionadas à sensibilização, educação e capacitação de seus colaboradores, proporcionando à sua liderança executiva, aos membros integrantes da governança e empregados em geral, oportunidades de conhecer os benefícios e vantagens do emprego de uma cultura voltada a integridade, riscos e controles internos da gestão.

Em 2021, foram conduzidas 24 campanhas orientadas e priorizadas por resultados apurados em pesquisa de opinião com periodicidade anual, para conhecer a forma, intensidade e percepção de como seus colaboradores recepcionam as ações coordenadas por sua Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles – PR/SRC.

Adicionalmente foram oferecidas 100 vagas para cursos na modalidade de ensino à distância, totalizando mais de 1.292 horas de treinamento, com destaque para o curso de Formação para Dirigentes, Administradores e Conselheiros de Empresas Públicas em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e para o curso direcionado ao conhecimento dos princípios, objetivos e diretrizes da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos – PGIRC, disponibilizado em seu portal de educação corporativa.

Considerando a necessidade de ampla disseminação de sua Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles (MGR), a Empresa conduziu por intermédio da Secretaria de Integridade, Riscos e Controles Internos, várias palestras de orientação a gerentes e membros designados a prestar assessoramento direto para com o tema em diferentes unidades orgânicas, contribuindo para o entendimento e a empregabilidade de seu processo.

⁶ O Business Impact Analysis (BIA) tem como objetivo analisar os processos e atividades de negócio, para compreender o impacto do tempo de inatividade com o a meta de recuperação e priorização.

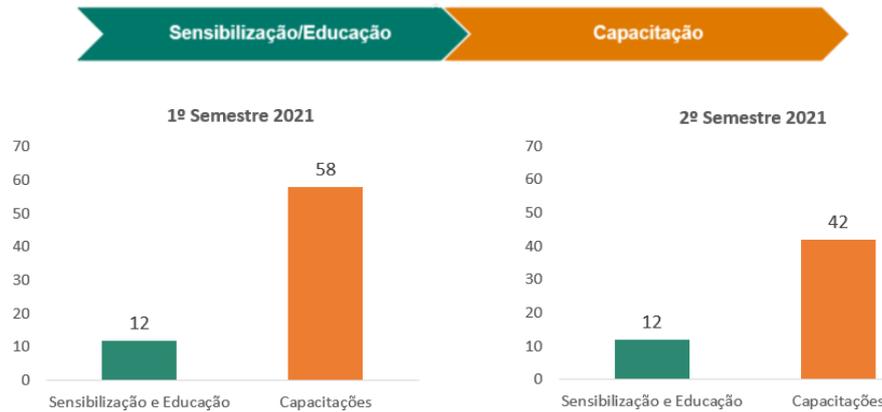


Figura 19: Gráfico de Distribuição das campanhas e capacitações conduzidas pela empresa em 2021

3.3.3 Planos e Programas de Integridade

A partir da vigência da Lei nº 13.303/2016, que estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, a qual instituiu a obrigatoriedade de adoção de diversas medidas de integridade, a Codevasf aprovou seu Programa e Plano de Integridade e está construindo medidas de integridade em resposta ao Relatório de Avaliação de Integridade nas Empresas Estatais conduzido no exercício de 2016 pela Controladoria Geral da União (CGU).

As medidas estão sendo materializadas no seu Código de Conduta Ética e Integridade juntamente com Planos de Ação anuais que deverão desdobrar o Programa e o Plano de Integridade da Empresa tendo como objetivo, mitigar eventuais vulnerabilidades e internalizar oportunidades de melhoria, oferecendo materialidade, qualidade e efetividade dos resultados planejados.

Os planos de ação deverão trabalhar cinco dimensões da Integridade:

- Desenvolvimento do ambiente de gestão do Programa de Integridade.
- Análise periódica de riscos.
- Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do Programa de Integridade.
- Ações de comunicação.
- Treinamento e o monitoramento do programa.

No exercício de 2021 as unidades orgânicas internas de governança da Empresa envolvidas diretamente com o endereçamento de demandas para com o tema da integridade (ouvidoria, corregedoria e comissão de ética setorial) apresentaram encaminhamentos às solicitações de ambiência externa e interna, contribuindo com 495 encaminhamentos referenciados a 663 solicitações demandadas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

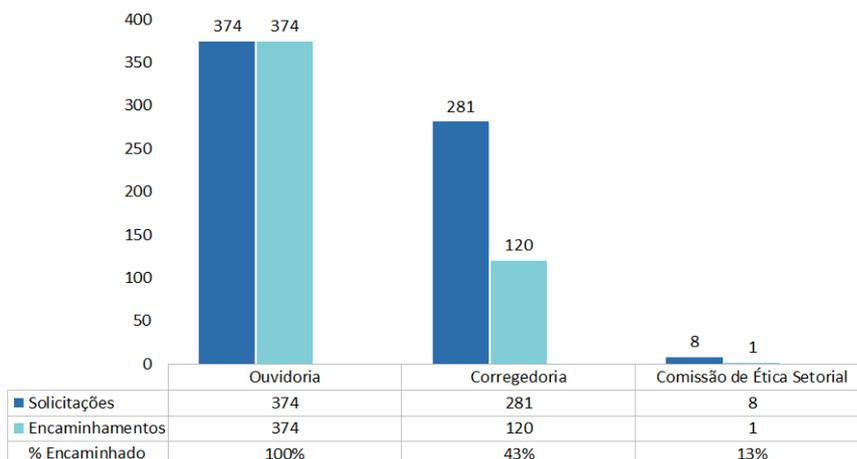


Figura 20: Gráfico de Distribuição das solicitações e encaminhamentos realizados pelas diferentes instâncias de integridade

3.4 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O desempenho econômico-financeiro da Codevasf está em conformidade com as suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2021 e 2020.

3.4.1 Indicadores de Resultado

Quadro 4: Indicadores de resultado - Exercício 2021/2020

(em milhões de R\$)

Indicadores de Resultados	2021	2020	(Var %)
Receita Operacional Bruta	22,72	15,94	42,56
Despesas Operacionais	-1,398	-1,122	24,54
Outras Receitas Operacionais	1,022	752	35,87
Resultado Operacional	-358,32	-356,69	0,46

A Receita Operacional apresentou aumento em função de a Codevasf poder voltar a faturar a Tarifa D'Água K1, realizando os faturamentos relativos aos anos de 2020 e 2021. Cabe destacar que a cobrança dos valores estava suspensa desde 2018.

As Despesas Operacionais, em comparação ao exercício anterior, as despesas administrativas relativas a serviços de terceiros e depreciação são os que apresentaram aumento mais significativo. Dentro de serviços de terceiros, as despesas com serviços de apoio técnico operacional (operação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação, desassoreamento do Rio São Francisco, vigilância de equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos do Projeto PISF, etc.) e com energia elétrica de diversos perímetros públicos de irrigação são as mais relevantes. Em relação à depreciação, o aumento deve-se à elevada aquisição, durante o exercício, de bens móveis destinados aos projetos da Empresa (veículos de tração mecânica, máquinas e equipamentos agropecuários etc.).

O Resultado Operacional de 2021 apresenta prejuízo da ordem de R\$ 358 milhões. O exercício de 2020, registrou prejuízo de R\$ R\$ 356 milhões. Contribuiu para a formação desse resultado o faturamento com Tarifa D'Água K1, reversões de provisões de riscos judiciais, subvenções de custeio (Empresa estatal dependente, na forma do art. 2º da Lei Complementar 101/2000).

3.4.2 Indicadores de Liquidez e Estrutura de Capital.

Quadro 5: Índice de liquidez e estrutura de capital - Exercício 2021/2020.

II - Situação Financeira - Liquidez e Estrutura de Capital	2021	2020	(Var %)
Liquidez Imediata	0,0567	0,0551	2,97
Liquidez Corrente	0,1098	0,1255	-12,51
Liquidez Geral	0,1223	0,1334	-8,32
Liquidez Seca	0,1098	0,1255	-12,51
Participação de Capital de Terceiros	8,8019	8,0063	9,94
Grau de Endividamento	0,8980	0,8890	1,01
Solvência Geral	1,1136	1,1249	-1,00
Imobilização do Patrimônio Líquido	8,7256	7,9382	9,92

Os Indicadores de Liquidez sofreram redução em função do aumento das obrigações perante terceiros assumidas pela Codevasf, no exercício de 2021. Em relação ao Endividamento (Estrutura de Capital), o item Participação de Capital de Terceiros teve aumento em função do recebimento, no exercício, de recursos de Termos de Execução Descentraliza – TED, que impacta a obrigação de curto prazo e com fornecedores. Cabe ressaltar que o TED não se trata de dívida contraída, mas de uma obrigação de prestar contas ao Órgão descentralizador dos recursos. O indicador Imobilização do Patrimônio Líquido tem impacto com a aquisição de bens móveis destinados aos projetos da Codevasf e pelo montante de Obras em Andamento.

3.4.3 Rentabilidade

Quadro 6: Indicadores de Rentabilidade - Exercício 2021/2020.

Índice de rentabilidade (%)	2021	2020	(Var %)
Giro do Ativo	0,004671	0,004728	-1,21

Em relação ao Giro do Ativo, este mede a eficiência da riqueza gerada, isto é, demonstra a capacidade da empresa em utilizar os ativos que possui para gerar receita. Esse indicador tem, no baixo faturamento e na alta imobilização, os fatores que contribuíram para o seu baixo resultado.

3.5 Descrição da composição e da remuneração da administração

A remuneração dos dirigentes para o exercício de 2021 correspondeu ao valor de R\$ 33.047,43 (trinta e três, quarenta e sete reais e quarenta e três centavos), a partir abril de 2020, foi autorizado mediante Resolução n° 298 da Diretoria Executiva, Deliberação n° 06/2020 do Consad e aprovado pela Ata da Assembleia Geral Ordinária, de 15 de abril de 2020, com base na Nota Técnica n° 9.738/2020–ME enviada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

Quanto a dos membros dos conselhos de administração e fiscal corresponde a 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva da Empresa, de acordo com a Lei n° 9.292, de 12 de julho de 1996, e de acordo com o artigo 45 do Estatuto Social da Codevasf, equivalente a R\$ 3.304,74 (três mil, trezentos e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Desde 2013, por orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, atual SEST, foi incluído no cálculo da remuneração mensal média dos dirigentes o valor da gratificação natalina, pago nos meses de janeiro a dezembro, o que corresponde a R\$ 3.580,14 mensais.

Quadro 7: Remuneração dos membros da Diretoria Executiva - 2021.

(Valores em R\$ 1,00)

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA				
Nome do Diretor	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Marcelo Andrade Moreira Pinto	26.08.2019		33.047,43	396.569,16
Antônio Rosendo Neto Junior	29.06.2020		33.047,43	396.569,16
Davidson Tolentino de Almeida	14.07.2020	01.09.2021	33.047,43	264.379,44
Rodrigo Moura Parente Sampaio	01.09.2021		33.047,43	132.189,72
Luís Napoleão Casado Arnaud Neto	05.08.2015		33.047,43	396.569,16
Totais	-	-	33.047,43	1.586.276,64

Nota: *O valor pago em conformidade com o limite do teto constitucional

Quadro 8: Remuneração dos membros do Conselhos de Administração.

(Valores em R\$ 1,00)

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Igor Montezuma Sales Farias	11/11/2020	12/11/2021	3.374,01	37.114,12
Helder Melillo Lopes Cunha Silva	12/11/2021		2.923,78	5.847,56
Francisco Soares de Lima Junior	28/05/2020		3.580,14	42.961,68
Euclides Bandeira de Souza Neto	28/09/2020		3.580,14	42.961,68
Sonia Mariza Alves de Souza	05/07/2019		3.580,14	42.961,68
Domingos Romeu Andreatta	13/04/2017	20/04/2021	3.281,80	13.127,18
Guilherme Silva de Godoi	20/04/2021		3.314,94	29.834,50
Maria da Conceição da Silva	15/04/2020	20/04/2021	3.281,80	13.127,18
Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira	20/04/2021		3.314,94	29.834,50
Totais	-	-		257.770,08

Nota: *O valor pago em conformidade com o limite do teto constitucional

Quadro 9: Remuneração dos membros do Conselhos Fiscal.

(Valores em R\$ 1,00)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Altamiro Lopes de Menezes Filho (titular)	28/05/2020	07/07/2021	3.170,98	22.196,87
Edilson Rodrigues Tavares (suplente)	28/05/2020	07/07/2021	0,00	0,00
Fernando José Alves dos Santos (titular)	07/07/2021	07/07/2023	3.460,80	20.764,81
Jorge Luís Teixeira Ávila (suplente)	07/07/2021	07/07/2023	0,00	0,00
Vanessa Ferreira Lima (titular)	05/07/2019	14/02/2024	3.580,14	42.961,68
Conrado Luiz Alves dias (suplente)	28/05/2020	11/08/2021	0,00	0,00
Mariângela Fialek (titular)	15/04/2020	20/04/2023	3.580,14	42.961,68
Fabrcício Moura Moreira (suplente)	11/11/2020	11/11/2022	0,00	0,00
Totais	-	-		128.885,04

Nota: *O valor pago em conformidade com o limite do teto constitucional

3.6 Governança do Benefício de Assistência à Saúde

3.6.1 Plano de Saúde

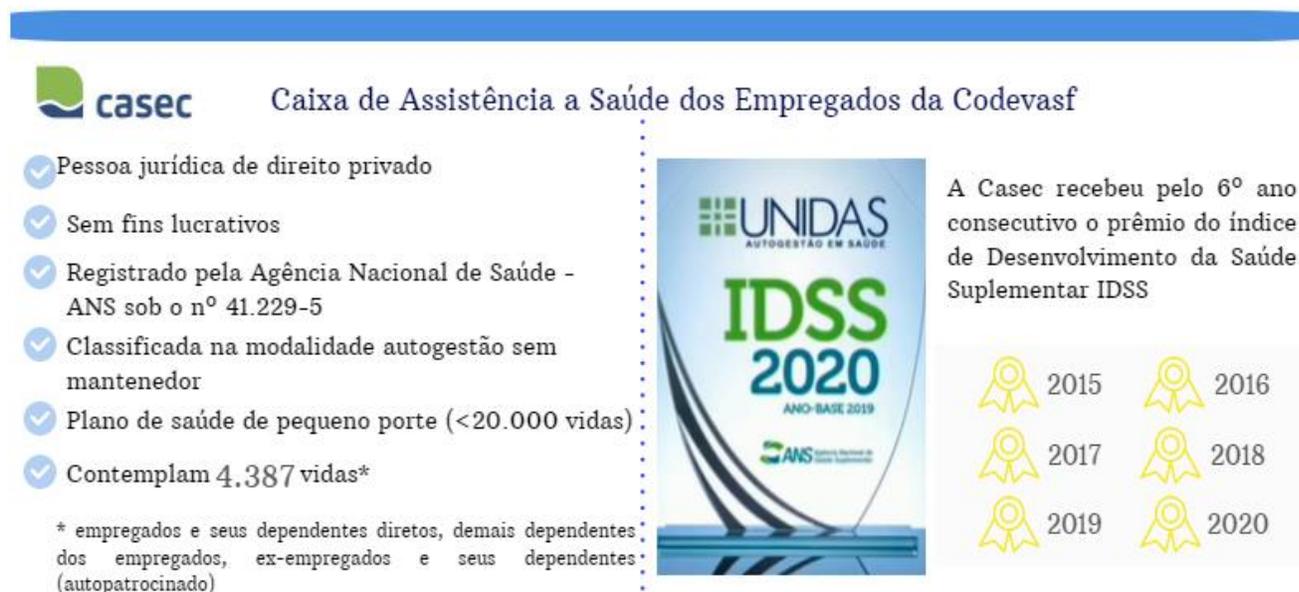


Figura 21: Informações do Plano de Saúde.

Em 2021 a Casec disponibilizou o Aplicativo Casec para acesso às autorizações, rede credenciada, cartão virtual, 2ª via de boleto e muito mais, proporcionando aos beneficiários um acesso rápido, prático e muito mais confortável.

3.6.2 Plano de Previdência Complementar



Figura 22: Informações sobre Plano de Saúde.